

Ajuste fiscal está ameaçado

BRASÍLIA — O projeto de ajuste fiscal deverá ser aprovado pelo Senado em segundo turno, na próxima terça-feira, mas o governo não contará com a ampla margem de apoio obtido na primeira votação (66 votos a favor e apenas oito contra). A mudança é resultado da substituição de Paulo Haddad por Eliseu Resende no Ministério da Fazenda, que afetou especialmente o PMDB.

“O clima é de perplexidade e insegurança. A atitude de confiança política em Haddad foi conquistada por sua postura e o novo ministro terá que manter os compromissos assumidos por seu antecessor”, disse o relator do projeto, senador José Fogaça (PMDB-RS), autor de parecer favorável à proposta.

“O clima é de interrogação”, admitiu o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), depois de reunião com o presidente do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-CE), e com o líder do PMDB, Mauro Benevides (CE). Numa tentativa de reverter a expectativa negativa, o novo ministro irá ao plenário do Senado amanhã à tarde para explicar suas propostas. Segundo Fogaça, a aprovação do IPMF não foi um “cheque em branco” para o governo, pois foram estabelecidas condições aceitas por Haddad. “Havia um compromisso de usar pelo menos 50% da receita do IPMF para resgate da dívida”.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG), o maior defensor do governo Itamar dentro do PT, também começa a apresentar resistências ao IPMF. “Entregar a gerência do IPMF para o centro, tudo bem, mas para a direita, não”, avisou Delgado ao líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE).